

Políticas Públicas Educacionais e as Desigualdades Sociais e Digitais em Tempos de Pandemia

Stefanie Sônia Alves Tenório¹; Fausta Maria Emília de Carvalho Ferreira²;

Débora Quetti Marques Souza³

RESUMO

O presente artigo apresenta uma análise acerca das políticas públicas educacionais em tempos de pandemia e das desigualdades presentes no Brasil que afetam o sistema educacional, que se atenuaram com a adesão do ensino remoto nas instituições como forma de garantir a continuidade do ano letivo, em virtude dos decretos de isolamento social, dos protocolos de prevenção à Covid-19 e, conseqüentemente, do fechamento das escolas no contexto pandêmico. A pesquisa apresenta como objetivo geral analisar como as desigualdades sociais e digitais têm impactado nas políticas públicas educacionais, principalmente as direcionadas para a garantia de uma educação pública, gratuita e de qualidade. A fundamentação teórica está pautada em artigos, livros e normativas referentes ao objeto de estudo em questão. A metodologia utilizada parte de uma abordagem qualitativa, de natureza analítica, realizada através de uma pesquisa envolvendo professores da educação básica, via Google Forms. Ao final foi possível perceber que existem sérios desafios a serem enfrentados no que tange as desigualdades sociais e digitais em tempos de pandemia.

Palavras-chave:

educação; políticas públicas; desigualdades sociais e digitais.

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país em que as desigualdades são latentes, dentre as quais, destacam-se as sociais, econômicas, culturais e tecnológicas, ocasionadas pela má distribuição de renda, alto índice de pobreza, desemprego, não acesso à saúde, educação e assistência social de qualidade. Em contrapartida, se analisarmos o Brasil com relação a alguns países, de acordo com Barros, Henriques e Mendonça (2000, p. 126), de 124 países analisados percebe-se que 64% têm a renda *per capita* inferior à brasileira, o que significa que é possível avançar em relação a minimização das desigualdades através de políticas públicas de cunho social.

De acordo com os estudos de Barros, Henriques e Mendonça (2000, p.124), há na nossa sociedade uma grande parcela populacional que sempre esteve à margem dos avanços que ocorreram ao longo dos anos. A marginalização desses indivíduos faz com que aqueles que têm privilégios determinem os aspectos fundamentais que regem a estrutura social. Dessa forma, as políticas públicas devem ser destinadas a possibilitar a estes indivíduos a equiparação e a efetivação de maneira integral de seus direitos fundamentais à educação, saúde e moradia.

¹ Graduanda em Licenciatura em pedagogia pela Universidade de Pernambuco – Campus Garanhuns. E-mail: stefanie.satenorio@upe.br

² Graduanda em Licenciatura em pedagogia pela Universidade de Pernambuco – Campus Garanhuns. E-mail: fausta.carvalho@upe.br

³ Doutora em Educação. Professora Adjunta da Universidade de Pernambuco – Campus Garanhuns. E-mail: debora.souza@upe.br

Estamos vivenciando uma Pandemia⁴, que fez com que toda a estrutura social, a saúde, a educação e o lazer, em especial no Brasil, passassem por algumas adequações, principalmente, nas formas que nos relacionamos enquanto sociedade. Mas, apesar dessas modificações em diversos aspectos das nossas vidas, outras tornaram-se ainda mais pulsantes na realidade de milhões de brasileiros, como é o caso das desigualdades tecnológicas oriundas da exclusão digital, visto que as instituições de ensino fizeram a adesão do ensino remoto como forma de garantir a continuidade do ano letivo e o direito à educação.

Nos anos de 2003 a 2006, no Brasil, foram criadas cerca de 13 políticas públicas voltadas para a ampliação da internet no país. De acordo com o Centro de Estudos Sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (CETIC), 120 milhões de brasileiros acima dos 10 anos de idade, aproximadamente 67% da população, tinham acesso à internet em 2017. Apesar do grande número de pessoas com acesso à internet, um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), constata que 90% das pessoas pertencentes as classes A e B são usuários assíduos da internet contra 42% que estão conectados à internet nas classes D e E, com isso percebe-se que em uma sociedade aparentemente repleta de recursos midiáticos e digitais existem desigualdades no mundo virtual, pois “[...] os usuários mais frequentes e mais intensivos são aqueles que têm maior renda, escolaridade, entre outras características socioeconômicas” (SILVA; ZIVIANI; GHEZZI, 2019, p. 35).

Nesse sentido, o presente artigo justifica-se pela importância da temática estudada em um contexto desafiador para a

educação, vivenciado na pandemia do Covid-19. Nestes termos, o objetivo geral busca analisar como as desigualdades sociais e digitais têm impactado nas políticas públicas educacionais, principalmente as direcionadas para a garantia de uma educação pública, gratuita e de qualidade. Diante do objetivo apresentado, o problema de pesquisa levamos a elucidar como essas desigualdades têm impactado a educação, no momento de pandemia, tendo como pano de fundo as políticas públicas educacionais. Para responder a essa pergunta, realizamos uma pesquisa, direcionada a alguns professores da educação básica, via *Google Forms*. Os dados foram analisados à luz da fundamentação teórica e, ao final, apresentamos as análises conclusivas. Estas apontam para grandes e graves problemas ligados as desigualdades sociais e digitais na educação.

Políticas Públicas Educacionais no Brasil e os desafios das desigualdades

As políticas públicas resultam em ações governamentais que visam sanar problemas pertinentes ao desenvolvimento dos indivíduos por meio da efetivação e garantia dos direitos adquiridos, tais ações se concretizam por meio de estratégias articuladas entre as esferas administrativas e econômicas dos governos que ao analisarem o problema formulam soluções para o problema detectado.

A formulação de políticas públicas se estrutura em um ciclo com cinco fases, tendo início com a entrada dessas demandas sociais na agenda do governo e para que essa reivindicação entre na agenda são analisados alguns indicadores e dados que explicitem a problematização dessas questões, também são analisados os resultados de políticas

⁴ Em Março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a pandemia do novo coronavírus, chamado de Sars-Cov-2. Desde então, decretos de isolamento social, adoção de medidas preventivas para conter a disseminação do vírus fazem parte da realidade de diversos países.

públicas implementadas anteriormente. Em seguida, serão definidos os objetivos e as metas desejadas com a ação que será efetivada a fim de solucionar as problemáticas levantadas. Após a definição dos objetivos, é fundamental

estabelecer as metas, os prazos e as questões orçamentárias, sendo esta a terceira fase do ciclo das políticas públicas. Já na quarta fase, é o momento de pôr em prática todo o plano traçado, escolhendo de que modo essa política chegara à sociedade, se de modo centralizado, ou seja, do governo para baixo, “[...] refletindo uma concepção hierárquica da administração pública” (SEBRAE, 2008, p.15). Ou, de forma mais ampla, seguindo o modelo de baixo para cima, representando “[...]” uma perspectiva participativa das Políticas Públicas, o que é possível pelo contato direto do cidadão com o aparato da administração pública” (SEBRAE, 2008, p.16).

Por fim, chega-se a fase da avaliação, que será realizada tanto no período que se finda uma política pública quanto durante todo o processo. A quinta fase serve para que a administração do governo, gere informações para novas políticas públicas, corrija as falhas encontradas, tenha dados e aparatos que justifiquem as medidas tomadas além da promoção de diálogo entre todos os envolvidos na ação. Desse modo, avaliação pode ser entendida como o processo de avaliação que “[...] leva em conta seus impactos e as funções cumpridas pela política, buscando determinar sua relevância, analisar a eficiência, eficácia e sustentabilidade das ações desenvolvidas” (SEBRAE, 2008, p. 19). Haja pontuado o ciclo de políticas públicas e seus objetivos, compreende-se que a formulação dessas políticas perpassa por um longo caminho, iniciado na sociedade civil e findando na esfera política para sua formulação e posterior efetivação na vida da população.

Assim, o Estado por meio de políticas públicas, é o principal agente regulatório dos serviços e ações públicas, em especial as que estão interligadas às áreas sociais e econômicas. Através dessas ações e medidas nas áreas da saúde, segurança, educação, moradia e demais áreas que propiciem a garantia dos direitos básicos dos cidadãos, pretende-se fomentar a justiça social a todos os indivíduos contribuindo, assim, na diminuição das desigualdades sociais.

No que tange às políticas educacionais, percebe-se em cenário mundial, o papel do desenvolvimento da educação como importante, também, ao desenvolvimento econômico. A partir das mudanças que estruturam as relações de trabalho e construção da sociedade, a educação passa a exercer um papel fundamental para a melhoria e qualidade de vida das cidadãs e cidadãos. Entretanto, as relações estabelecidas entre educação e trabalho, ainda estão focadas nas estruturas hierárquicas do capital

No Brasil as políticas públicas educacionais são norteadas pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei 9394/96 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em que ambas trazem que a educação deve ser garantida com qualidade para promoção da cidadania e do desenvolvimento dos indivíduos. O artigo 211 da Constituição Federal, visa:

[...] assegurar educação com o mesmo padrão de qualidade a toda a população do país. [...] a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino, estabelecendo normas e procedimentos comuns válidos para todo o território nacional (BRASIL, 1988).

Este artigo expressa a organização estruturada entre federação, estados e

municípios acerca das políticas públicas educacionais no Brasil, tal distribuição deve acontecer para que haja uma conexão entre o plano nacional, o estadual e a esfera municipal, adequando-se assim às realidades distintas e específicas de cada localidade. Vale ressaltar que a qualidade do ensino não deve ser mensurada pelo acesso às escolas, faz-se necessário que as políticas que permeiam o processo de ensino no Brasil se consolidem amparadas em políticas públicas de Estado e não de governos, pois as medidas e as estratégias adotadas que se efetivam nas escolas com potencial de bons resultados não devem ser interrompidas mediante uma visão política distinta.

Assim, as medidas educacionais tomadas devem garantir o desenvolvimento pleno de seus estudantes. Entendendo a educação como mecanismo para minimizar as desigualdades sociais. Cabe aos governos a promoção de um ensino que reconheça e respeite as diferenças no âmbito da escola e se formulem políticas públicas que se adéquem as diferentes realidades e necessidades de aprendizagem, para que a educação cumpra seu papel em equidade de oportunidades. Entretanto,

No Brasil de hoje, a simples ampliação do acesso à escola não garante a igualdade de oportunidades. Ou se assegura um padrão de qualidade básico para todos, ou vai se manter a desigualdade entre os que adquirem, na escola, uma efetiva experiência de aprendizagem e os que apenas passam por ela sem ter atendidas suas necessidades básicas de aprendizagem (MELLO, 1990, p. 33).

A realidade do padrão de ensino nas escolas brasileiras, mesmo com os avanços na compreensão de que o uso de métodos de ensino que desconsideram a realidade dos estudantes não funcionam, as escolas públicas parecem ainda estar atreladas ao

ensino metódico regido pela supremacia do ensino de português e da matemática, sendo este reflexo de políticas que mensuram a qualidade e a efetivação do ensino com base em dados quantitativos advindos de exames externos que buscam mensurar a aprendizagem de forma conteudista e descolada do contexto socioeconômico e cultural, considerando em suma as áreas de ensino aqui já citadas, acarretando no direcionamento de recursos financeiros para as escolas que alcançam bons resultados nessas avaliações.

Neste sentido, as políticas públicas devem ser elaboradas e implementadas frente aos desafios que a sociedade vivencia advindos das transformações sociais, econômicas e culturais. Sabe-se que as transformações no campo da tecnologia acarretaram uma nova fonte de desigualdades, a desigualdade de acesso.

No entanto, um percentual da população mundial não obteve acesso às revoluções tecnológicas e aos aparatos tecnológicos, criando conseqüentemente uma nova forma de privação, a desigualdade digital, corroborando para a diminuição das possibilidades do indivíduo de desenvolver suas capacidades, e se tornar um agente autônomo de sua liberdade e desenvolvimento (SEN, 1993, p. 07).

A falta de acesso a essas tecnologias e recursos se manifesta em desigualdades de oportunidades, vez que estas são oferecidas aos grupos que desenvolveram as habilidades pertinentes às novas relações de interação do homem com a tecnologia. Estando diretamente relacionado com a desigualdade de acesso a uma educação que promova o desenvolvimento pleno, preparando os alunos para as demandas e desafios atuais.

No Brasil algumas ações foram efetivadas visando diminuir o abismo entre a população

que detém o acesso e a outra parte que não o possui. No ano de 1997 o governo vigente implantou o Programa Nacional de Informática na Educação, posteriormente, em 1999 lançou o Programa Sociedade da Informação, sendo estes pioneiros no processo de expansão da internet no país.

Segundo um estudo de 2015 da Comissão de Banda Larga das Nações Unidas, 57% da população mundial, aproximadamente 4,2 bilhões de pessoas, naquela época ainda se encontrava *off-line*. No Brasil, de acordo com dados do IBGE (2018), 46 milhões de pessoas ainda não possuíam acesso a conectividade virtual ficando, assim, a margem da sociedade colaborando para a intensificação das desigualdades sociais,

[...] além de serem impedidos de utilizarem a internet que se configura em um meio de comunicação que possibilita livre acesso a informações de maneira rápida e flexível. [...] seria um apartheid digital, interferindo na noção básica de democracia liberal universal. Nesse sentido, ele divide a população em dois grupos de cidadãos – os que possuem acesso e os que são privados dele (RODRIGUES, 2017, p. 5).

Partindo para o cenário atual de pandemia e dos decretos para fechamento das instituições de ensino de nível básico e superior, visando a continuidade do ensino, o MEC no dia 18 de março de 2020 aprovou a medida que autoriza o ensino remoto nas instituições federais, cabendo a estas a definição das disciplinas que poderiam ter continuidade de maneira remota. No que compete a educação básica, o Conselho Nacional de Educação (CNE), aprovou novas diretrizes para orientar a prática do ensino remoto, afirmando que a medida auxiliará na garantia do acesso à educação, evitando prejuízos no desenvolvimento dos

estudantes, bem como atuando para diminuir o tempo de reposição para um futuro retorno à modalidade presencial.

As diretrizes em suma orientam que as escolas devem priorizar o contato entre a família e a escola, orientando os pais com materiais práticos para que auxiliem seus filhos na realização das atividades. Sugerindo a utilização de recursos digitais tais como: vídeoaula, programas de TV e rádio e redes sociais. Estas medidas, segundo o CNE, atuarão para minimizar os efeitos da pandemia no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes.

No entanto, esses decretos e medidas parecem desconsiderar o que aqui já foi dito, como dar continuidade ao ensino promovendo o desenvolvimento integral dos estudantes da escola pública, considerando que estes enfrentam uma defasagem quando comparada a rede privada em que muitos dos seus estudantes são de classe baixa e, segundo os dados do IBGE 2018, não possuem acesso a essas tecnologias. Assim, as aulas remotas parecem reafirmar os processos de exclusão e desigualdades que a escola pública brasileira enfrenta em sua historicidade.

O Brasil apresenta fortes desigualdades sociais, culturais, digitais e econômicas que refletem diretamente no sistema educacional, principalmente, no acesso à educação de qualidade que se torna um privilégio para aqueles que detém poder aquisitivo e/ou “*status social*”. As deficiências ocasionadas pela má distribuição de renda e a ausência de tantos brasileiros nas instituições de ensino, são frutos de políticas voltadas para uma educação mercadológica e não para uma educação emancipadora.

As famílias mais ricas do Brasil, com base nos dados levantados por Pochmann *et al.* (2004), equivalem a aproximadamente 0,001% de todas as famílias brasileiras, ou seja, cerca de 2.095 (duas mil e noventa e cinco) pessoas,

naquele ano, estavam em posições privilegiadas. Dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) obtidos no ano de 2018, mostram que a disparidade econômica e social no Brasil ainda é latente na nossa sociedade. Pois, cerca de 1% da população mais rica do país tem a renda 34 vezes maior com relação aos 40% da população que se encontram em extrema pobreza. Por esse motivo, as desigualdades sociais e educacionais não podem ser vistas e analisadas isoladamente sem levar em consideração o contexto sócio, econômico, político e cultural, frente aos processos do capital da classe dominante.

Apesar de ter verbas educacionais garantidas pela constituição onde 18% da receita líquida do Governo Federal, oriundos do PIB e 25% das receitas líquidas estaduais e municipais devem ser destinadas, obrigatoriamente para a Educação, percebe-se que há uma contradição ao analisar alguns indicadores educacionais. Evidencia-se que o sistema educacional brasileiro enfrenta crises e mais crises desde o ensino básico até o ensino superior.

Com base nos números publicados em um artigo da Associação Brasileira Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) em 2020, aproximadamente, 20 milhões de brasileiros são analfabetos, mais ou menos 10% da população do país, o que significa dizer que estas pessoas não tiveram acesso à educação e/ou abandonaram os estudos em algum momento da vida pela ausência da garantia de seu direito à Educação.

Tal como todas as problemáticas que permeiam as condições financeiras dos brasileiros e o acesso à educação de qualidade, a exclusão digital também é um dos fatores que coloca mais uma vez milhões de indivíduos à margem das políticas públicas, ocorrendo quando:

[...] se priva as pessoas de três instrumentos básicos: o computador, a linha telefônica e o provedor de acesso. O resultado disso é o analfabetismo digital, a pobreza e a lentidão comunicativa, o isolamento e o impedimento do exercício da inteligência coletiva” (SILVEIRA, 2001, p. 18).

Em outras palavras, a privação de acesso às Tecnologias de Comunicação e Informação (TCIs) impede os indivíduos de “[...] desenvolver suas capacidades, e se tornar um agente autônomo de sua liberdade e desenvolvimento” (SEN, 1993, p. 10).

Dessa forma, as desigualdades digitais, se categorizam também como um privilégio para alguns brasileiros, e tanto quanto na educação, Castells (2003, p. 225) pondera que “[...] a Internet é de fato uma tecnologia da liberdade – mas pode libertar os poderosos para oprimir os desinformados”, melhor dizendo, aqueles que detêm acesso à internet exercem poder sobre aqueles que não tem acesso.

Nesse cenário que estamos inseridos, ocasionado pela Pandemia do Covid-19, em que toda a vida da população mundial precisou adequar-se para uma nova realidade, se faz necessário o uso da tecnologia na promoção das interações sociais e afetivas. Principalmente no sistema educacional, vez que as escolas de todo o mundo, inclusive, as brasileiras, precisaram fechar as suas portas e direcionar as suas rotinas e práticas para um contexto de ensino remoto, ou seja, as aulas e as atividades passaram a ser *on-line*.

Em contrapartida, não esperávamos que essa nova maneira de ensinar e aprender, exacerbasse e estampasse ainda mais na nossa face às desigualdades existentes no Brasil. E, para que possamos enxergar os motivos pelos quais as desigualdades deram a impressão de se alargar, precisamos compreender como ocorre o ensino de

maneira remota. A modalidade de educação *on-line*⁵ (remota) não eram tão presentes nas rotinas dos estudantes brasileiros, exceto os que optam por estudar na modalidade de Educação à Distância⁶ (EaD), uma vez que as aulas ocorriam de maneira presencial. Para que seja possível ter uma educação *on-line*, é necessário que os estudantes e os/as professores(as) possuam acesso à internet, a um ambiente apropriado para a aprendizagem e as tecnologias digitais de comunicação e informação.

Os dados do IBGE, no ano de 2018, mostram o porquê que essa não é uma solução para todos os estudantes, visto que aproximadamente 45,9 milhões de brasileiros não tinham acesso à internet, sendo desses 32,2 milhões residentes da área urbana e 13,7 milhões da área rural. Consequentemente, os estudantes mais pobres são os mais afetados por essa desigualdade, como bem pontua o professor Casagrande (2020), essa nova conjuntura vai acentuar a diferença de classes. A rede privada vai encontrar algumas soluções que demandam recursos financeiros, o que, para a escola pública, é muito mais difícil. Assim, considerando as problemáticas que permeiam as desigualdades sociais e a exclusão digital, é evidente que os impactos são maiores para os alunos do sistema público que não têm acesso à internet. Contudo, é importante reafirmar o papel das políticas públicas educacionais no Brasil quanto a minimização das desigualdades sociais e exclusão digital nas instituições

públicas de ensino e na sociedade como um todo, no contexto da pandemia do Covid-19.

Polarização política na iminência do caos e o descompasso do Estado

A crise econômica que se instaurou no Brasil desde 2014 e perdura até dos dias atuais, evidenciou as desigualdades e, conseqüentemente, o impacto da crise no aumento das desigualdades atrelados a má gestão, refletiram diretamente no cenário político do país. Costa (2018) destaca que “A crise travou as instituições, fez o PIB despencar de um crescimento anual de 7,6% em 2010 para 0,1% em 2014, menos 3,8% em 2015, menos 3,6% em 2016, e 1% em 2017, consumiu os empregos formais e endividou as famílias”. Desse modo, a junção de uma má gestão, a insatisfação popular diante da crise e os movimentos contrários de partidos opositores ao governo da época (PT) fizeram com que a presidenta Dilma Rousseff sofresse um *impeachment*. Com isso, percebe-se que

O arcaico voltou a dar as caras sem pudor, desta vez como sócio menor de uma coalização política, financeira e empresarial que [...] resolveu assumir o controle do governo pela via do golpe. A utopia pode ter eclipsado a realidade, tão cristalinamente clara, de que a democracia e a cidadania social são corpos absolutamente estranhos ao capitalismo brasileiro (FAGNANI, 2017, p. 17).

⁵ A Educação *on-line* (remota) é uma modalidade de ensino em que os alunos não precisam estar no mesmo ambiente físico que o professor, nessa modalidade de ensino, os alunos têm acesso aos conteúdos por meio da internet através de recursos digitais como vídeos e chats, e os encontros pedagógicos (aulas) acontecem de forma síncrona (transmissões ao vivo em plataformas ou aplicativos de videoconferência) e tendem a seguir a metodologia do ensino presencial.

⁶ Assim como na Educação *On-line*, na Educação a Distância os estudantes não estão no mesmo ambiente físico que os professores. Porém, a Educação a Distância é uma modalidade que oferece com metodologias voltadas a um processo de aprendizagem completo e dinâmico através de recursos digitais e tecnológicos. Nessa modalidade de ensino, as aulas são planejadas considerando o tempo de aprendizagem, além de contar com um ambiente virtual de aprendizagem estruturado para atender as necessidades educacionais dos alunos.

Ao contrário do que se pensava que iria ocorrer com a saída de Rousseff, os avanços prometidos pelo vice-presidente Michel Temer não foram suficientes para sanar os problemas que o país vinha enfrentando nas camadas sociais, educacionais, econômicas e da saúde. A aversão popular ao partido dos trabalhadores (PT) foi ganhando força com a popularização de Jair Messias Bolsonaro, consumando nas eleições de 2018 o fim de uma década em que todos e todas, apesar das desigualdades existentes no país, tivessem oportunidades de acesso à educação, à saúde e à moradia.

É possível identificar as diferenças existentes entre as gestões que administraram o país na última década e a gestão atual, pois:

Nas três primeiras gestões petistas, os governantes, junto com os partidos aliados, tomaram a decisão política de reconhecer direitos que até então eram subtraídos da imensa maioria da população: morar, comer, estudar, ter acesso a serviços de saúde, ao saneamento básico, à casa própria, ao emprego e a um patamar mínimo de renda para ter uma vida digna. Ao mudar as condições de vida desse enorme contingente de pessoas, trouxe-os à esfera pública, conscientes de seus direitos. São eles que ingressam no mercado de trabalho mais instruídos que a mão de obra anterior; que conseguem chegar à faculdade como os primeiros dentro de seus núcleos familiares; que pressionam o poder público com demandas por mais serviços e de melhor qualidade. [...]. Para os cidadãos brasileiros, o necessário para o futuro mudou porque o patamar de exigências passou a ser outro: não querem mais o mínimo necessário para viver, mas o máximo possível para que mantenham o seu poder de consumo e possam acenar para seus filhos com vidas melhores que as deles (ROUSSEFF, 2014, p. 07).

Em contrapartida, o discurso neoliberal e antidemocrático de Bolsonaro foi ganhando força no país, crítico assíduo do PT, em suas falas, sempre defendeu fielmente essa afirmação de que a oposição (esquerda) não defende a democracia e que:

Vivemos um período de pleno emprego, segurança, liberdade e respeito entre 1964 e 1985. Se houver uma pesquisa entre pessoas com idade superior a 60 anos, tenho certeza de que a quase totalidade concordará com essa afirmação. Hoje, temos medo de ir à escola, pois corremos o risco de sermos assaltados ou assassinados, mesmo durante o dia. Nossa democracia é governada por líderes que idolatram democratas como Fidel Castro, Hugo Chávez, Ahmadinejad e Khadafi (ÉPOCA, 2011, n. p).

Esse discurso “é um instrumento do poder dominante inserido nos mecanismos de mercado e nas engrenagens da tecnologia para gerar novos processos produtivos, aprofundando as desigualdades sociais” (LEFF, 2010, p. 291). Além da polarização do discurso de autonomia individual, a contrariedade aos direitos humanos e a ausência de intervenção do Estado, as políticas públicas foram se fragmentando ocasionando a não garantia e não efetivação dos direitos fundamentais presentes na Constituição Federal.

A contrariedade às figuras que representavam o PT se tornou fundamental para o crescimento da figura de Bolsonaro que cresceu “utilizando-se de ferramentas clássicas de desinformação, como descontextualização, pressuposição, inversão de relevância, insinuação, boatos e mentiras, gerando descrença [...] alienação e a apatia (OVADYA, 2018). Com isso, enquanto a sua ascensão acontecia/acontece o país sucumbia/sucumbe numa

[...] competição e com acesso desigual a tudo: renda, saúde, educação, etc. São desigualdades que, no caso de grupos historicamente subalternizados como pessoas LGBTI+, indígenas, negros e mulheres, ampliam sua vulnerabilidade, negando-lhes a garantia de vida e de dignidade humana. No reino da desigualdade, a humanidade torna-se um privilégio e muitos são relegados à subcidadania, à violência e, no limite, ao extermínio (MISKOLCI; PEREIRA, 2019, p. 06).

Por assim dizer, ao invés de sanar as desigualdades existentes no país, essa gestão voltou-se ao conservadorismo, extremismo e ausência de humanização para com os cidadãos e cidadãs de seu país, se revelando como um descompasso do Estado frente aos anseios dos sujeitos.

Ainda, segundo Apple, o movimento da direita no Brasil, no que refere-se a educação, tem como objetivo:

[...] mudar nosso senso comum, alterando o significado das categorias mais básicas, as palavras-chave que empregamos para compreender o mundo social e educacional e o nosso lugar nele. De muitas formas, um aspecto crucial dessa atuação diz respeito ao que tem sido chamado política de identidade. A tarefa é alterar radicalmente aquilo que pensamos ser e como nossas principais instituições devem responder a essa alteração de identidade (APPLE, 2003, p. 11).

Nessa perspectiva, a educação libertadora e que humaniza os sujeitos, abre espaço para uma educação mercadológica que se volta apenas ao capital, apagando assim o desenvolvimento do pensamento crítico, o pluralismo social, a liberdade de aprender e, conseqüentemente, a de ensinar.

Atualmente, a postura de negação do chefe de estado, a descrença na ciência e o desmonte das políticas públicas sociais, intensificaram-se nessa na pandemia. A crescente crise sanitária, econômica e educacional que tomou conta do país desde março de 2020 tornou-se um fosso em que não é possível identificar saídas, principalmente, quando são evidenciadas na fala do presidente um caráter negacionista e de minimização da ciência quando questionado sobre as medidas que seriam tomadas para diminuir os impactos da pandemia.

Na ausência de posicionamentos que visem a vida dos brasileiros diante de um cenário de colapso, “a pandemia explicita o caráter de um governo comprometido com interesses neoliberais do capitalismo rentista, abstendo-se da inerente responsabilidade social diante de um cenário de crônica desigualdade (ALVARENGA, et. al., 2020, p. 18).

Procedimentos Metodológicos da Pesquisa

Para analisarmos a efetivação das políticas públicas educacionais e como estas influenciam de forma direta a vida das cidadãs e cidadãos brasileiros de modo a diminuir as desigualdades presentes na estruturação do ensino no país, a metodologia utilizada no projeto foi a de pesquisa descritiva analítica com base na análise de dados qualitativos obtidos através de um questionário disponível no *Google Forms*, aplicado no período de 30 de Junho à 07 de Julho de 2020, para professores(as) da Educação Básica acerca da problemática da adoção do ensino remoto frente às adversidades pertinentes ao cumprimento e garantia do ensino com qualidade e que promova o desenvolvimento de seus

estudantes no contexto da pandemia do Covid-19.

É o tipo de pesquisa apropriada para quem busca o entendimento de fenômenos complexos específicos, em profundidade, de natureza social e cultural, mediante descrições, interpretações e comparações, sem considerar os seus aspectos numéricos em termos de regras matemáticas e estatísticas. Diferente da quantitativa, a pesquisa qualitativa é mais participativa, porém menos controlável e, por esta razão, tem sido questionada quanto a sua validade e confiabilidade (FONTELLES, 2009, p. 6).

As análises foram feitas a partir de um levantamento de cunho bibliográfico, em que foram consultados documentos e arquivos que retratam o objetivo da pesquisa em questão. As leituras auxiliaram no processo de construção das considerações finais acerca do fenômeno analisado.

A classificação dos dados consiste na leitura destes, fazendo-se os questionamentos elaborados com base no referencial teórico; devem ser feitas leitura e releituras exaustivas dos textos, identificando estruturas de relevância, ideias centrais e momentos-chave sobre o tema, confrontando o material recolhido com os pressupostos, hipóteses e categorias analíticas teoricamente construídas (MINAYO; DESLANDES, 1998).

A partir do referencial teórico, foi elaborado um questionário, utilizando a ferramenta digital do *Google Forms*. Este continha 25 perguntas direcionadas ao nosso objeto de estudos, das quais 3 foram selecionadas para construção das análises. Os sujeitos partícipes desta pesquisa foram 81 professores distribuídos pelos estados de

Pernambuco, Tocantins, Bahia, Rio de Janeiro, Paraná e São, da educação básica que foram escolhidos mediante o critério da inserção do ensino remoto nas instituições que lecionam. Com o levantamento de dados em mãos, foi possível realizar as análises e construir os resultados alcançados a fim de elucidar o problema de pesquisa focado na parte introdutória deste artigo.

Resultados Alcançados

Diante das análises obtidas através percebe-se que apesar de haver políticas públicas destinadas à minimização das desigualdades sociais e digitais, estas não são suficientes, isoladamente, para fazer com que ocorram avanços significativos. Pois, os direitos, que em tese, são fundamentais, não assistem uma parcela grande da população. Ou seja, esses direitos tornam-se privilégios na sociedade brasileira.

É necessário considerar que, para que seja possível uma Educação que atenda a todas e todos de maneira equânime, os aspectos sociais, culturais e econômicos precisam estar atentos às desigualdades. Silva (2010, p.161) pontua que mudanças ocorreram na nossa estrutura, porém:

São políticas e programas que têm, até, incluído pessoas nos processos econômicos de produção e de consumo. Contudo, é uma integração da pobreza e da indigência de modo marginal e precário, criando um segmento de indigentes ou de pobres "integrados", mantidos na situação de mera reprodução.

Ou seja, não devemos ignorar as mudanças que já ocorreram, em consequência da efetivação de algumas políticas públicas, mas devemos analisá-las de maneira crítica para que estas não permaneçam perpetuando as

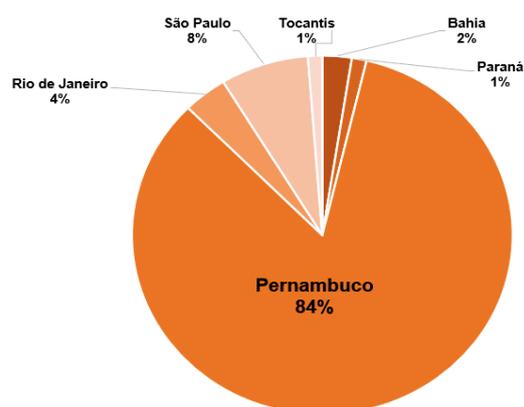
desigualdades. Ao que se refere à educação brasileira, as desigualdades atenuam-se de modo a influir de forma direta no desenvolvimento e na construção identitária de cidadãos que exerçam as suas próprias escolhas.

Considerando a relevância dessa temática para uma compreensão diretiva acerca do processo educacional, os fatores pelos quais muitos brasileiros permanecem marginalizados, são frutos de anos de políticas públicas direcionadas ao mercado de trabalho ou a satisfação daqueles que detêm riqueza e prestígio social. A negligência dos governantes brasileiros para com essas questões não remete a ausência de recursos orçamentários destinados a estes setores, pois como mencionado anteriormente, é notório o avanço nas políticas públicas voltadas para a educação. De acordo com Stromquist (2012, p. 91), apesar de ser um dos países da América Latina que mais investe na Educação em todas as esferas, sendo elas, federais, estaduais e municipais, o cenário político, no que se refere a figura que gere o país, tem influência significativa na estruturação das políticas públicas. Nesse sentido, é fundamental identificar que gestões que não se voltam para o social como forma de garantir oportunidades às camadas mais vulneráveis da sociedade, tendem a fazer com que as desigualdades se atenuem.

A Pandemia do Covid-19 fez com que mergulhássemos de cabeça em todas as problemáticas de uma única vez, perpassando por todos os problemas e limitações presentes historicamente no contexto educacional brasileiro. Na área da educação as mudanças foram suficientes para causar uma reestruturação no modo de ensinar e aprender com o fechamento dos prédios escolares, o Ministério da Educação (MEC) por meio da portaria nº 343, de 17 de março de 2020, e o Conselho Nacional de

Educação (CNE) “A fim de garantir o direito à Educação [...] autoriza a substituição das aulas presenciais por aulas na modalidade de ensino remoto enquanto vigorasse o distanciamento social nas regiões do país” (TENÓRIO; FERREIRA; NOBRE, 2020, p. 01). Em uma pesquisa realizada por meio de formulário disponível no *Google Forms* entre os meses de Junho de 2020 a Julho de 2020, em que participaram 81 profissionais da educação tanto da rede pública quanto da rede privada de ensino, sendo 53 professoras e professores da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II) e, 28 professoras e professores do Ensino Superior dos estados de Pernambuco, Tocantins, Bahia, Rio de Janeiro, Paraná e São Paulo, como mostra a figura 1.

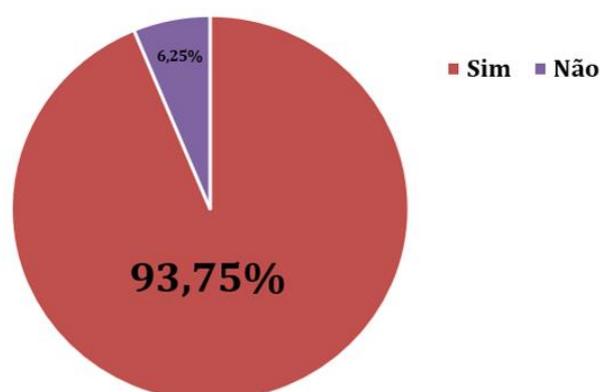
Figura 1 – Perfil dos Participantes por Estado.



Fonte: Tenório; Carvalho (2021).

Com relação ao gênero dos participantes, 82% dos entrevistados são do gênero feminino e 18% do gênero masculino, com idades entre 25 anos e 50 anos. Através das respostas, constatou-se que a grande maioria das instituições que estas professoras e professores trabalham, aderiram ao ensino remoto como forma de garantir a continuidade do ano letivo, como mostra a figura 2.

Figura 2 – Inserção do Ensino Remoto nas Instituições da Educação Básica.



Fonte: Tenório; Carvalho (2021).

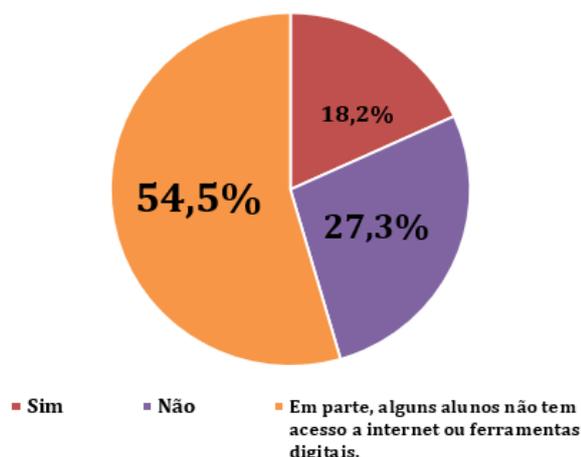
Desse modo, a educação brasileira apresenta uma realidade que, até então, passava despercebida, não estava presente nas agendas dos que gerem a educação pública nacional. A inserção do ensino *on-line*, majoritariamente, as aulas remotas, fez com que cerca de 81,9% dos alunos da Educação Básica, parassem de frequentar as escolas de maneira presencial, impondo dessa forma novos desafios para professores e, conseqüentemente, para os estudantes. Sendo estes impactos mais devastadores para aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social, pois as desigualdades que circundam o ambiente educacional perpassam os muros da escola gerando situações como:

1. Interrupção do aprendizado;
2. Alimentação escolar;
3. Adaptação dos professores a nova realidade tecnológica;
4. Pais sem preparação para as atividades em ensino remoto e em casa;
5. Desafio nas melhorias e manutenção do ensino remoto;
6. Lacunas de assistência as crianças;
7. Aumento na taxa de evasão escolar;
8. Isolamento social das crianças;
9. Desafios para validar e medir o aprendizado. (UNESCO, 2020, n. p).

Assim, quando relacionamos esses fatores com as respostas dos 93,75% de profissionais da educação entrevistados, fica explícito que a adesão ao ensino remoto no Brasil possibilitou a continuidade do ano letivo, mas não garantiu o direito à educação pública de qualidade e não atendeu as necessidades educacionais dos estudantes de maneira integral. Vez que devido a exclusão digital, sendo está uma realidade na vida dos brasileiros de camadas econômicas mais baixas, parte das alunas e alunos não possuem recursos digitais, tampouco internet, para poder acompanhar as aulas no contexto *remoto*.

O veto ao projeto de lei 3.477/2020 que buscava garantir o acesso à internet com fins educacionais para estudantes e professores da rede pública, vetado pelo presidente da república, retrata que a má gestão e a não efetivação de políticas públicas no que tange a ampliação do acesso à internet afeta diretamente no direito à educação, pois como mostra a figura 3, em que 54,5% dos professores e professoras entrevistados afirmaram que as necessidades educacionais dos estudantes foram alcançadas em partes pela ausência de recursos digitais necessários para essa modalidade de ensino. Em contrapartida, apenas 18,2% dos professores consideram que os estudantes conseguiram se desenvolver no processo de ensino e aprendizagem e 27,3% dos educadores não consideram que as necessidades educacionais dos estudantes foram alcançadas com essa modalidade de ensino.

Figura 3 – Aulas remotas e as necessidades educacionais dos estudantes.



Fonte: Tenório; Carvalho (2021).

Assim, percebe-se que há no contexto atual uma grande disparidade no cenário educacional, reafirmando o que historicamente é posto quanto ao ensino público no Brasil, que os estudantes oriundos da rede privada e, conseqüentemente, de classes econômicas mais altas estão à frente daqueles de classe econômica baixa, deixando a educação de promover a justiça social, em que esses estudantes são privados de uma educação de qualidade e integral que esteja alinhada às demandas atuais, vez que a pandemia do Covid-19 evidencia a necessidade de se adentrar no campo tecnológico.

A realização desta pesquisa, assim como os dados contidos na figura 4, foram imprescindíveis para constatar que os profissionais da educação, estes que representam o chão da escola, onde o ato da educação se concretiza, quando questionados sobre a democratização do acesso à internet, reconhecem que, embora a educação remota seja uma realidade em que as escolas tiveram que adequar suas rotinas e os profissionais da educação reinventar suas práticas, há uma ausência de políticas públicas que possibilitem que esse ensino chegue aos estudantes. Reconhecem, ainda

que, o acesso à conectividade e aos recursos necessários é uma realidade paralela para uma parcela considerável dos discentes da rede pública de ensino, ficando estes à margem do processo de ensino e aprendizagem frente o contexto da pandemia do Covid-19.

Figura 4 – Democratização do acesso à tecnologia como forma de garantir uma Educação de Qualidade.

políticas
 sociais
 fundamental
 pandemia
 desigualdade
 distante
 necessário
 urgente
 inclusão
 ausência
 realidade

Fonte: Tenório; Carvalho (2021).

Dessa forma, a consolidação de políticas públicas que sanem essa defasagem de acesso tecnológico no nosso país, assim como ações governamentais que olhem a educação pública com todo seu entorno social e especificidades, a educação continuará, desse modo, a reproduzir mais um sistema de exclusão e desigualdade, pois está evidente que no cenário pandêmico a educação não chega a todas e todos, deixando parte da população desassistidos quanto a esse direito que é fundamental e deveria ser resguardado e priorizado segundo a Constituição Federal.

Considerações Finais

Com base no levantamento de dados e informações acerca da problemática das desigualdades presentes na educação

brasileira, percebe-se que mesmo sendo assegurada pela constituição uma educação de qualidade e que promova o pleno desenvolvimento de seus indivíduos e contribua para formação de cidadãos críticos e atuantes na sociedade, há uma defasagem de oportunidades presentes na educação que divide-se entre o ensino público e o privado, sendo esta divisão mais um reflexo das desigualdades sociais oriundas do sistema de classes econômicas.

Por meio desta pesquisa constatamos que o ensino *remoto* adotado como estratégia para garantia do acesso à educação em tempos de pandemia reafirma que mesmo com formulação de políticas públicas que visam diminuir as desigualdades sociais e contribuir para formação de uma sociedade que promove a justiça social, ainda não são suficientes, visto que grande parte da população não dispõe de acesso à internet tampouco aos recursos tecnológicos utilizados no presente momento para promoção do ensino.

O ensino *remoto* reafirma as desigualdades de oportunidades e de acesso ao desenvolvimento que é proporcionado pela educação, fazendo com que esses estudantes que não possuem acesso estejam cada vez mais a margem das políticas públicas de cunho social e de suas transformações, posto que esses indivíduos já são pertencentes a classes econômicas baixas e que a revolução tecnológica agregou a essas pessoas mais um meio para exclusão: a desigualdade de acesso, atenuando assim o poder de dominação de uma classe econômica sobre outra inferior, pois a estas é negligenciado o acesso à informação que a internet propicia, bem como a oportunidades de melhoria de vida, considerando-se que essa parte da população não desenvolve as habilidades necessárias às novas relações sociais devido à falta de acesso às novas tecnologias e meios de comunicação.

Dessa forma, a precarização do acesso às políticas públicas direcionadas ao social, a polarização política e os efeitos da pandemia do Covid-19, no Brasil, refletem colapsos em todas as camadas da sociedade, aumento da pobreza, crise econômica, na saúde e o ensino precário, evidenciando a necessidade de políticas públicas que sejam, de fato, efetivas e que priorizem o desenvolvimento e a vida dos cidadãos de maneira integral.

Após a pesquisa, evidencia-se que são graves e grandes os desafios de minimização das desigualdades sociais e digitais no Brasil, em específico na educação. Nesse sentido, cabe aos que estão à frente do poder público, investir e ampliar o acesso as novas tecnologias da informação, assim como de redes de internet eficientes e de equipamentos que deem suporte tanto aos docentes quanto aos discentes das mais diversas regiões e realidades brasileiras.

REFERÊNCIAS

ABMES. **Sistema educacional brasileiro: uma análise crítica**, 25/01/2018. Disponível em: <<https://abmes.org.br/noticias/detalhe/2644/artigo-sistema-educacional-brasileiro-uma-analise-critica>>. Acesso em 27 de Jun. de 2020.

AGÊNCIA IBGE. **PNAD. Contínua 2018: 10% da população concentram 43,1% da massa de rendimentos do país**, 16/10/2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-denoticias/releases/25700-pnad-continua-2018-10-da-populacao-concentram-43-1-da-massa-de-rendimentos-do-pais>>. Acesso em 27 de Jun. de 2020.

ALVARENGA, Alexandre Andrade; ROCHA, Erika Maria Sampaio; FILIPPON, Jonathan; ANDRADE, Maria Angélica. **Desafios do Estado Brasileiro Frente À Pandemia Pela Covid-19: O Caso da Paradiplomacia Maranhense**.

APPLE, Michael. **Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdades**. Tradução Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003. (Biblioteca Freiriana; v. 5)

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. **Desigualdade e Pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável**. RBCS Vol. 15 no 42 fevereiro/2000.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Portaria N° 343, de 17 de março de 2020. **Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19**. D.O.U 18/03/2020. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>>. Acesso em 23 de Mar. de 2021.

CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (org.). **A Sociedade em Rede: do conhecimento à ação política**. Conferência. Belém (Por): Imprensa Nacional, 2005.

CETIC – Centro de Estudos Sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação. **Cultura e tecnologias no Brasil: um estudo sobre as práticas culturais da população e o uso das tecnologias de informação e comunicação**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2017.

COSTA, Sérgio. **Estrutura Social e Crise Política no Brasil**. vol.61 no.4. Rio de Janeiro Oct./Dec. 2018

FAGNANI, Eduardo. 2017. **O fim do breve ciclo da cidadania social no Brasil (1988-2015)**. Campinas: Unicamp. (Texto para discussão, n. 308).

FERREIRA, Cleia; SANTOS, Everton. **Políticas Públicas Educacionais: Apontamentos Sobre o Direito Social da Qualidade na Educação**. *Revista Labor*, [s. l.], ano 2014, v. 1, n. 11. 2014

FONTELLES, Mauro *et al.* **Metodologia da Pesquisa Científica: Diretrizes para a Elaboração de um Protocolo De Pesquisa**. Núcleo de Bioestatística Aplicado à pesquisa da Universidade da Amazônia, [s. l.], 28 ago. 2009.

G1. **Em 2018, quase 46 milhões de brasileiros ainda não tinham acesso à internet, aponta IBGE**, 29/04/2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2020/04/29/em-2018-quase-46-milhoes-de->

[brasileiros-ainda-nao-tinham-acesso-a-internet-aponta-ibge.ghtml](https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2020/04/29/em-2018-quase-46-milhoes-de-brasileiros-ainda-nao-tinham-acesso-a-internet-aponta-ibge.ghtml)>. Acesso em 29 de Jun. de 2020.

GUIA DO ESTUDANTE. **Coronavírus no Brasil: como a pandemia prejudica a educação**, 17/03/2020.

Disponível em:

<<https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/coronavirus-no-brasil-como-a-pandemia-prejudica-a-educacao/>>. Acesso em 30 de Jun. de 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística. **PNAD Contínua – 2018: Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Divulgação anual**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Internet no Brasil reproduz desigualdades do mundo real**. Brasília: Ipea, 2019.

LEFF, Enrique. **Discursos sustentáveis**. São Paulo: Cortez, 2010.

MELLO, Guiomar N. de. **Social democracia e educação: teses para discussão**. São Paulo, Cortez Editora/Editora Autores Associados, 1990.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira. **A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 35-42, jan./mar. 1998.

MISKOLCI, RICHARD; PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. **Réplica: Desigualdades mortais: a fabricação de vidas precárias no Brasil**. Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal de São Paulo. Rua Botucatu, 740, sala 404, 4o andar, Vila Clementino. São Paulo, SP, Brasil. 04023-062.

ONU NEWS. **Cerca de 4 bilhões de pessoas no mundo ainda não têm acesso à internet**, 21 setembro 2015. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2015/09/1525071-cerca-de-4-bilhoes-de-pessoas-no-mundo-ainda-nao-tem-acesso-internet>>. Acesso em 29 de Mar. de 2021.

OVADYA, Aviv. **He Predicted The 2016 Fake News Crisis. Now He's Worried About An Information Apocalypse**. Entrevista concedida a Charlie Warzel para BuzzFeed, em 11/02/2018. Disponível em. Acesso em 20 de mar. de 2021.

POCHMANN, M; BARBOSA, A; CAMPOS, A; AMORIN, R e ALDRIN, R. (orgs). **Atlas da exclusão social: a exclusão no mundo**. v4. São Paulo: Cortez, 2004a.

Políticas Públicas de Educação / Bianca Mota de Moraes ...[et al.]. – Rio de Janeiro, RJ: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Universidade Federal Fluminense, 2016.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO, 1991, IEA. **Estudos Avançados** [...]. IEA: [s. n.], 1991.

PORTAL MEC: **CNE aprova diretrizes para escolas durante a pandemia**, 28/04/2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=89051>, Acesso em 01 de Jul de 2020.

PORTAL MEC: MEC autoriza ensino a distância em cursos presenciais, **18 de mar de 2020**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/12-acoes-programas-e-projetos-637152388/86441-mec-autoriza-ensino-a-distancia-em-cursos-presenciais>, Acesso em 01 de Jul de 2020.

Revista Época, 2 jan. 2011. **Jair Bolsonaro: “Sou preconceituoso, com muito orgulho”**. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG72932-5990,00-.A+EM>. Acesso em 29 de Mar. de 2021.

RODRIGUES, Antonia. **Desigualdade Digital e Políticas Públicas de Inclusão Digital: Uma Discussão Teórica**. VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas, Universidade Federal Do Maranhão. 2017

ROUSSEFF, DILMA. **Mais Mudanças, Mais Futuro Programa de Governo Dilma Rousseff**. Brasília, 2014.

SEBRAE. **Políticas Públicas: conceitos e práticas / supervisão** por Brenner Lopes e Jefferson Ney Amaral; coordenação de Ricardo Wahrendorff Caldas – Belo Horizonte. Sebrae /MG, 2008, 48 p.

SEN, Amartya Kumar. **O desenvolvimento como expansão de capacidades**. Revista Lua Nova n.28-29. São Paulo, 1993, p.313-334. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451993000100016&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 29 de Jun. de 2020.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira**. Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 2 p. 155-163 jul./dez. 2010.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Exclusão digital: a miséria na era da informação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

STROMQUIST, Nelly P. **Educação Latino-Americana em Tempos Globalizados**. Sociologias, Porto Alegre, ano 14, 29, jan./abr. 2012, p. 72-99.

TENÓRIO, Stefanie Sônia Alves Tenório; FERREIRA, Fausta Maria Emília de Carvalho; NOBRE, Alena Pimentel Mello Cabral. **Desafios e potencialidades da inserção da educação on-line no Brasil em meio à pandemia do covid-19**. In: II Secap – Semana Científica do Agreste Pernambucano, v. 2, 2020, Garanhuns.

UNESCO. **Adverse consequences of school closures, 2020**. Disponível em: <https://en.unesco.org/covid19/educationresponse/consequences>. Acesso em 10 de Mar. De 2021.

NOTA

Os (as) autores (as) foram responsáveis pela concepção do artigo, pela análise e interpretação dos dados, pela redação e revisão crítica do conteúdo do manuscrito e, ainda, pela aprovação da versão final publicada.

Educational Public Policies and Social and Digital Inequalities in Times of Pandemic

ABSTRACT

This article presents an analysis of educational public policies in times of pandemic and the inequalities present in Brazil that affect the educational system, which were mitigated with the adherence of remote teaching in institutions as a way to ensure the continuity of the school year, due to the decrees of social isolation, the Covid-19 prevention protocols and, consequently, of school closures in the pandemic context. The research presents as a general objective to analyze how social and digital inequalities have impacted on public educational policies, especially those aimed at ensuring a public, free and quality education. The theoretical foundation is based on articles, books, and norms related to the object of study in question. The methodology used is based on a qualitative approach, of an analytical nature, carried out through a survey involving teachers of basic education, through Google Forms. In the end, it was possible to realize that there are serious challenges to be faced in terms of social and digital inequalities in times of pandemic.

Keywords: education; public policies; social and digital inequalities.

Políticas públicas educativas y desigualdades sociales y digitales en tiempos de pandemia

RESUMEN

Este artículo presenta un análisis de las políticas públicas educativas en tiempos de pandemia y las desigualdades presentes en Brasil que afectan al sistema educativo, las cuales fueron mitigadas con la adhesión de la enseñanza a distancia en las instituciones como forma de asegurar la continuidad del año escolar, debido a los decretos de aislamiento social, los protocolos de prevención de Covid-19 y, consecuentemente, de cierre de escuelas en el contexto de la pandemia. La investigación presenta como objetivo general analizar cómo las desigualdades sociales y digitales han impactado en las políticas públicas educativas, especialmente en aquellas destinadas a garantizar una educación pública, gratuita y de calidad. La fundamentación teórica se basa en artículos, libros y normas relacionadas con el objeto de estudio en cuestión. La metodología utilizada se basa en un enfoque cualitativo, de carácter analítico, realizado a través de una encuesta en la que participaron profesores de educación básica, a través de Google Forms. El resultado fue la constatación de que existen serios desafíos para enfrentar las desigualdades sociales y digitales en tiempos de pandemia.

Palabras clave: educación; políticas públicas; desigualdades sociales y digitales.